100 PONTOS PARA A RESTAURAÇÃO NACIONAL

Este manifesto-programa foi primeiramente publicado em 15 de janeiro de 2023, na terceira reunião periódica, sendo da autoria do Diretório Nacional da União. Foi adotado através do Decreto 26° de 15 de janeiro de 2023, como base programática da União.

1. Acreditamos firmemente que o Brasil é uma pátria imperial que, de maneira incontestável, não pode ser de forma alguma uma República. A República não apenas não conseguirá solucionar as problemáticas da nacionalidade e do Estado, mas também é desintegradora, contrária aos interesses nacionais e separatista. Portanto, afirmamos categoricamente que a República, por muitas e muitas vezes, foi concebida como um ideal por "brasileiros", mas nunca, absolutamente nunca, em momento algum, foi um ideal do "brasileiro".
2. A unidade nacional, visando à construção de um Brasil uno e grandioso, tem como ponto de partida a instauração régia. Portanto, não é absurdo afirmar que, sem um líder natural, uma figura que traga em si a história, as tradições e as aspirações mais profundas de um povo em suas veias, não há possibilidade de união nacional. Tal afirmação não deve ser interpretada como uma mera abstração surgida em momentos de tédio ou irresponsabilidade. Não. Está registrada em nossa História, afinal, foi dela que extraímos nossa edificação como um povo soberano e independente.
3. O Brasil, como uma nação indivisível, grandiosa e livre, destinada a ser a maior, mais próspera, rica e soberana nação ao sul do equador, jamais deve se submeter a interesses apátridas. Com base nisso, afirmamos veementemente que não toleramos sujeições a interesses internacionais nem "mediações" de potências estrangeiras. Em relação aos demais países da América, preconizamos total e plena cooperação com os interesses brasileiros, tanto no âmbito do poderio militar quanto dos interesses econômicos. Nesse sentido, a atual Constituição, uma vez que incita a subserviência às potências do norte, configura um atentado ao povo, à pátria e ao destino manifesto da nação brasileira. Por isso, o Brasil convoca seus títulos de farol da América do Sul, exigindo sua revogação imediata.
4. As Forças Armadas, da Marinha de guerra à Força Aérea, como legítimas herdeiras do legado dos heróis da pátria, devem passar por uma completa reestruturação, tornando-se tão poderosas e numerosas quanto possível e necessário, a fim de garantir, a qualquer momento, a independência e o destino manifesto do povo brasileiro em sua totalidade.
5. A restauração nacional terá início quando o Brasil voltar a buscar, incansavelmente, sua glória e riqueza há muito subtraídas, em prol de sua soberania e interesses.
6. Exigimos a instauração de um paradigma educacional primordial ancorado no exemplar modelo japonês de instrução, em que a prerrogativa primordial da creche ao 4° ano do ensino básico subsiste na inculcação diligente do cidadão imperial, sua destinação no contexto mundial e suas obrigações perante a comunidade.
7. É imprescindível que durante tais anos, o processo educacional se embasa no reverenciado método das Artes Liberais, um legado tradicional que se firma com dignidade.
8. Reivindica-se, pois, que todas as instituições de ensino básico e creches se comprometam a aderir ao regime integral de ensino, outorgando à criança o sagrado direito de desfrutar de

cinco refeições substanciais, consistindo em hortaliças e legumes cultivados sob sua própria supervisão na instituição.

9. Exigimos que toda criança, do ensino básico ao médio, desfrute, no mínimo, de duas horas diárias de atividade física, as quais se revestem de caráter esportivo, ginástico ou aquático; tais atividades devem ocorrer tanto nas dependências da instituição como em um ginásio municipal adequadamente preparado para tal finalidade.
10. Impõe-se a necessidade inescusável de avaliações como meio de comprovação do processo de aquisição de conhecimento, que deverão ser conduzidas no momento de transição entre os graus (ensino fundamental I, II e médio).
11. Exigimos a instituição de estabelecimentos de ensino especializados, destinados ao acolhimento de crianças dotadas de habilidades distintas em diversas áreas do conhecimento, como medida eficaz para erradicar a flagelante epidemia da ignorância.
12. Exigimos a militarização integral de todas as instituições públicas de ensino, a partir do sexto ano, seguindo o exemplar modelo já implementado no Estado de Goiás, com o escopo primordial de erradicar a indisciplina e o desrespeito ao corpo docente.
13. Promove-se, de modo perene e abrangente, uma campanha nacional com escopo específico de corrigir a linguagem em todos os âmbitos comunicativos do país (revistas, jornais, livros, anúncios, filmes, músicas, placas de sinalização, entre outros), restabelecendo, na população brasileira, o respeito reverente pelo idioma pátrio e o amor incondicional pela língua mãe.
14. Incumbe-se ao ensino de nível médio a missão de selecionar, entre aqueles que optarem pelo caminho acadêmico, os mais aptos dentre os melhores, ao invés de meramente admitir os menos desinformados dentre uma massa imensa de indivíduos desprovidos de conhecimento.
15. Exigimos o fim do modelo de questões padronizadas nos vestibulares, uma vez que o que necessitamos não são seres autômatos, robotizados pela mera adivinhação ou pela "sorte". O cerne reside na habilidade de escrever e pensar, assegurando que o estudante seja dotado de tal capacidade. O vestibular será adaptado a cada curso específico, atendendo às peculiaridades inerentes a cada área de estudo desejada, permitindo que o candidato demonstre aptidão para este ou aquele curso no próprio processo seletivo vestibular.
16. O ensejo reside em considerar o currículo escolar preexistente como uma métrica pontuadora no contexto vestibular: o estabelecimento de provas nacionais, à semelhança do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos anos correspondentes ao sexto e nono anos do ensino fundamental, bem como no quarto ano do ensino médio.
17. A universidade deve concentrar-se primordialmente na formação de profissionais de excelência, findando a vida ociosa que muitos graduandos levam, sem um compromisso legítimo com a aquisição do saber.
18. Todo professor universitário deve exercer a função de pesquisador, pois a pesquisa nutre o processo de ensino. Aquele que pesquisa desvenda, cria e ultrapassa fronteiras do conhecimento. Ensinar requer conhecimento substancial. O ato de ensinar transcende a mera transmissão (re)iterativa de dados obsoletos. E o saber já não se resume à mera memorização de fatos históricos.
19. Exigimos a criação de Academias especializadas e focadas em um único curso de estudo.
20. Toda instituição de ensino superior, seja pública ou privada, deve ter como desígnio promover e incentivar a pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento.
21. Exigimos uma reforma abrangente no corpo docente de todas as universidades do país, em que o critério mínimo de admissibilidade será a excelência.

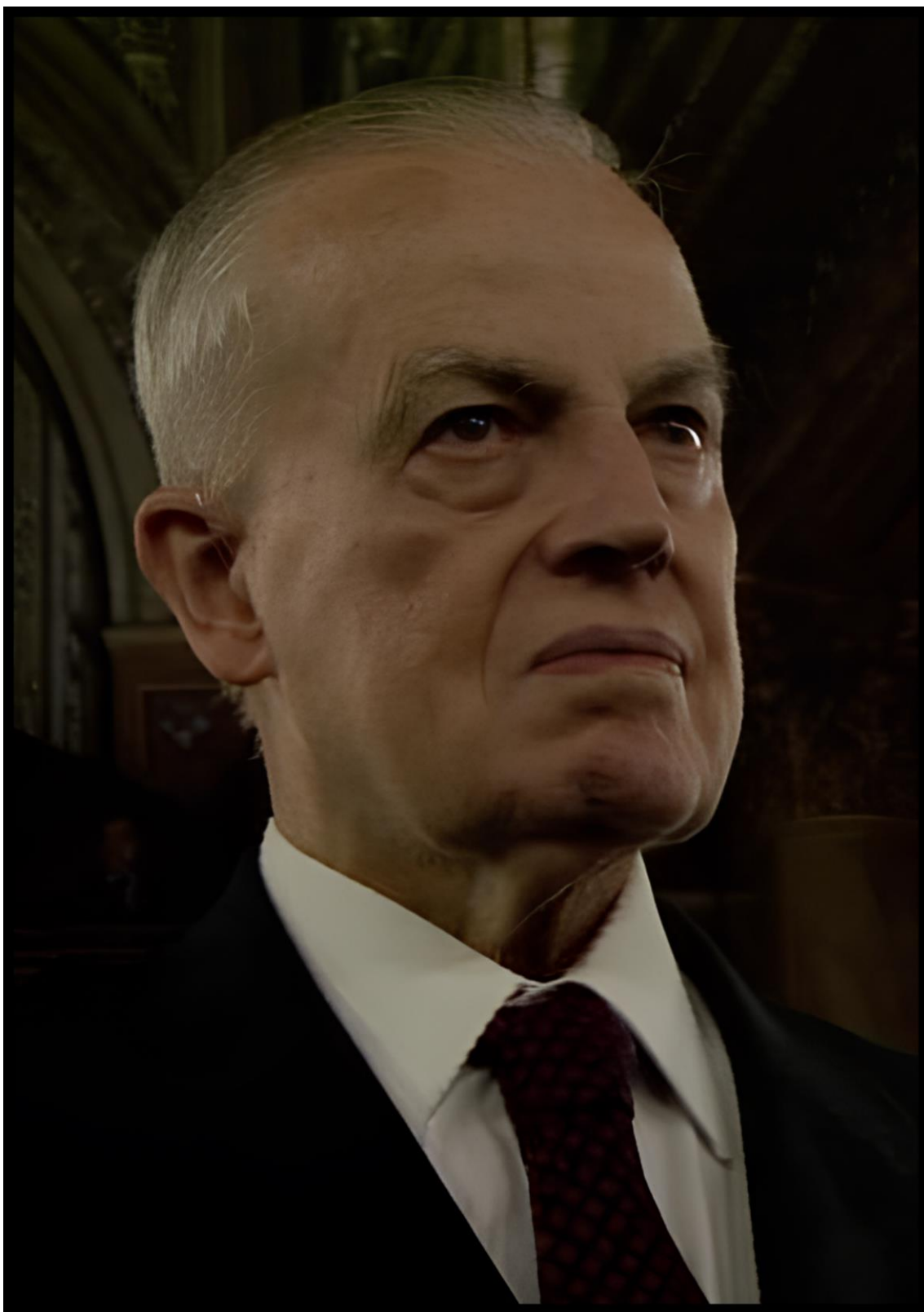
22. Exigimos a criação de um programa nacional de intercâmbio de pesquisadores e especialistas com o intuito de absorver conhecimento e técnicas visando à promoção da pesquisa científica no país.
23. Exigimos a reestruturação de todos os cursos, estabelecendo currículos mínimos para todas as universidades e faculdades do Brasil. Os conteúdos programáticos dos cursos de Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica servirão como base a ser adotada em todas as universidades federais e privadas do país.
24. Implementação de um plano de carreira em todas as universidades e faculdades, a fim de proporcionar um trajeto de progresso e ascensão profissional aos docentes.
25. Impõe-se uma reestruturação do ciclo básico nas universidades onde já esteja em vigor, bem como a implantação do mesmo em todas as demais instituições de ensino superior, com a finalidade de abranger os conteúdos fundamentais em todos os estudantes, priorizando as áreas humanísticas e a retificação de eventuais deficiências de conhecimento não identificadas no processo seletivo de ingresso.
26. Exigimos a ampliação imediata de todas as vagas nos cursos de Medicina e Enfermagem em universidades, institutos, faculdades e demais estabelecimentos de ensino em todo o território nacional.
27. Criação de um "Centro de Controle de Doenças" independente de interferências políticas, com a finalidade de prevenir ocorrências similares à última crise mundial de saúde.
28. Estabelecimento da obrigatoriedade de um estágio remunerado de cinco anos para todo médico recém-formado no sistema único de saúde, em áreas rurais e remotas do país, antes de obter o registro no Conselho Regional de Medicina. Os primeiros classificados nas provas finais terão o privilégio de escolher a região em que servirão à pátria.
29. Exige-se que todo médico em serviço no território nacional seja obrigado a servir de forma remunerada, no mínimo, 22 horas semanais ao serviço público de saúde.
30. Exigimos peremptoriamente a imediata desestruturação de todas as patentes que recaem sobre fármacos, medicamentos, terapias e imunizantes em solo pátrio, culminando assim no término da orgia desenfreada perpetrada pelas indústrias farmacêuticas, às custas do infortúnio alheio.
31. Promoção do planejamento familiar e incentivo à fertilidade por meio de programas informativos e educativos.
32. Estabelecimento de um sistema hierárquico e centralizado na doutrina da saúde, com o objetivo de pôr fim à falta de respeito e aos maus-tratos ao paciente.
33. O Comandante Regional da Unidade Hospitalar será responsável por apresentar os problemas de sua unidade ao Secretário Estadual de Saúde, que deverá resolvê-los em tempo hábil, ou explicar o motivo pelo qual não o fez.
34. Disponibilização de uma educação equivalente aos três primeiros anos do curso de Medicina para toda a população, a partir do ensino primário (atual 7º ano do ensino fundamental II), com informações e orientações às crianças sobre o corpo humano e prevenção de doenças, incluindo uma campanha precoce de conscientização sobre infecções sexualmente transmissíveis.
35. Demandamos peremptoriamente a constituição de um ministério específico dedicado à salvaguarda da segurança pública.
36. Reivindicamos de forma veemente a expansão e modernização integral do aparato das forças de segurança pública em todo o território nacional.

37. Exigimos a instauração de um novo braço das Forças Armadas voltado para a salvaguarda das fronteiras e áreas limítrofes, de maneira aprimorada e eficiente.
38. Exigimos a criação de um novo contingente das Forças Armadas, direcionado à neutralização de Forças subversivas e terroristas em solo pátrio, garantindo a inexistência de eventos similares aos ocorridos em 8 de janeiro de 2023.
39. Exigimos a declaração de um estado de Guerra Nacional contra a criminalidade, seguindo o exemplo ilustrativo da República de El Salvador.
40. Exigimos de imediato a execução de todos os criminosos encarcerados por infrações de extrema gravidade.
41. Exigimos a implementação de unidades fabris em todas as instituições penitenciárias do país, transformando-as em autênticas oficinas de reabilitação, uma vez que uma mente ociosa é o terreno propício para as artimanhas do demônio.
42. Exigimos a criação de uma condição especial de defesa, destinada a combater incisivamente o crime nos municípios do Rio de Janeiro e na capital de São Paulo.
43. Exigimos a pronta instituição de um corpo jurídico de investigação, com o intuito de reformar e afastar todo o contingente policial que comprovadamente abuse de sua autoridade.
44. Implementação de um programa nacional de integração por meio de vias férreas, com o intuito de promover a integração e evitar a entrega do país a terceiros.
45. Construção de uma nova siderúrgica de dimensões nacionais, posicionando-se como a maior do mundo, a fim de sustentar uma cruzada nacional de integração.
46. Criação de 50 novos municípios no Estado do Tocantins em um período de 20 anos, caracterizados por um alto padrão de qualidade de vida, visando a erradicação de favelas no país.
47. Implementação de um programa para o estabelecimento de empresas privadas de bens de capital, dotadas de tecnologia nacional.
48. Observamos o Brasil, no contexto econômico, como refém de organizações, corporações e capitais estrangeiros. Sentimos, assim, uma profunda indignação diante do sistema liberal, que negligencia as necessidades populares e trata a propriedade privada de forma desumana. Os trabalhadores são submetidos a condições desumanas, levando-os a viver em situações de miséria e desespero. No balanço final, nosso senso nacional e espiritual não nos permite tolerar o marxismo. Dessa forma, organizaremos de maneira corporativa o esforço das classes trabalhadoras, atualmente enganadas pelo marxismo, conduzindo-as através de um sistema de corporações de ofícios verticais correspondentes aos diversos setores da produção econômica nacional.
49. O regime de restauração nacional não adotará uma postura indiferente e desumana diante das lutas econômicas que ocorrem entre os indivíduos, nem ficará inerte diante da opressão dos mais fracos pelos mais fortes. Nosso sistema governamental tem como objetivo erradicar de maneira radical a luta de classes, promovendo uma coesão orgânica entre todos aqueles que colaboram na produção.
50. Empreenderemos um esforço constante para suprimir a prevalência de interesses particulares abusivos e a anarquia no âmbito trabalhista. Combateremos essas tendências a todo custo, visando garantir que todos os indivíduos sejam tratados com justiça e igualdade.
51. Reivindicamos de forma firme e clara o sagrado direito de todos os cidadãos desta nação, independente e inquestionavelmente, possuírem, carregarem e se defenderem com armas de fogo.

52. Exigimos de maneira enfática o pleno reconhecimento do direito de cada indivíduo de prosperar economicamente, adquirir propriedades e passá-las para suas futuras gerações sem interferência do governo.
53. O Estado reconhecerá a propriedade privada como um meio legítimo de cumprir os deveres individuais, familiares e sociais, protegendo-a dos abusos do capitalismo financeiro, dos especuladores e dos usurários.
54. Todos os brasileiros têm direito ao trabalho. As autoridades públicas fornecerão a assistência necessária aos desempregados. Enquanto aguardamos a construção definitiva da nova estrutura, manteremos e intensificaremos todas as vantagens concedidas ao proletariado pelas leis sociais em vigor.
55. Todos os cidadãos válidos têm o dever de trabalhar. O Estado de restauração nacional não terá consideração por aqueles que, sem exercer qualquer função, aspiram a viver como parasitas às custas dos esforços alheios.
56. Todos os seres humanos são criados iguais, sendo dever do Estado e da sociedade proteger a vida humana desde sua concepção. Portanto, serão abolidas todas as associações que promovem o assassinato industrializado de crianças; todos aqueles que promovem tal crime serão punidos com todo o rigor da lei.
57. Almejamos a plena industrialização da sociedade e das estruturas econômicas, visando alcançar um Estado de desenvolvimento completo e abrangente.
58. Propomos a modernização e industrialização do campo, a fim de otimizar e aprimorar as atividades agrícolas, promovendo um avanço tecnológico e uma maior eficiência produtiva nas áreas rurais.
59. Nossa meta é estabelecer um autêntico sistema de crédito agrícola nacional, por meio do qual os camponeses terão acesso a empréstimos com juros reduzidos, garantidos por seus próprios bens e colheitas. Com isso, buscamos libertá-los da exploração usureira e dos poderes locais opressivos.
60. Exigimos a obrigatoriedade da presença de engenheiros agrônomos ou profissionais qualificados nas propriedades com mais de 50 alqueires mineiros, visando aproveitar ao máximo as terras nacionais e promover uma gestão eficiente e produtiva.
61. É imprescindível oferecer aos agricultores oportunidades de escoamento eficiente de seus produtos, garantindo que haja meios adequados para transportá-los e comercializá-los.
62. Defendemos a nacionalização de todas as terras do país que estejam nas mãos de oligarcas, assegurando que os recursos e patrimônios nacionais estejam sob controle e benefício do povo brasileiro.
63. Exigimos uma reforma agrária que inclua o estímulo ao pequeno produtor, visando à distribuição equitativa das terras do Estado e promovendo um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento dos agricultores de menor porte.
64. Comprometemo-nos com o reflorestamento de áreas próximas a municípios ou sem uso agropecuário, visando à preservação ambiental e à recuperação de ecossistemas degradados.
65. Propomos a criação de hortas e fazendas públicas, subordinadas aos municípios, com o objetivo de suprir as necessidades alimentares das repartições públicas, promovendo a autossuficiência e o acesso a alimentos saudáveis.
66. O novo Império deve garantir que questões relacionadas à administração de propriedades, pertences privados e hereditários pertençam exclusivamente aos cidadãos. Portanto, afirmamos que ações que visam privar os cidadãos de seus bens são medidas dissolventes, antinacionais e contraproducentes.

67. Defendemos um imperador responsável, que reine e governe com autonomia, tendo a liberdade de escolher livremente seus ministros, a fim de assegurar uma liderança sólida e efetiva.
68. Reconhecemos os direitos majestáticos da Dinastia Nacional, aclamada pela Nação, tendo como fundador político da Pátria Imperial Brasileira Dom Pedro I, descendente de reis e imperadores, assim como de notáveis homens dos quais somos também descendentes. Esses nossos ancestrais estadistas, fazendeiros, lavradores, trabalhadores, industriais, cabos de guerra, soldados, comerciantes e marinheiros foram responsáveis pela grandeza, felicidade e prestígio do Brasil.
69. Exigimos a extinção das câmaras municipais, sendo substituídas por conselhos de bairro, com o objetivo de pôr fim às influências inúteis e parasitárias de sanguessugas locais, garantindo uma gestão mais eficiente e próxima das necessidades da comunidade.
70. Exigimos que os políticos não recebam remunerações superiores a quatro vezes o valor do salário-mínimo vigente.
71. Exigimos a substituição do sistema de remuneração mensal pelo sistema semanal.
72. Exigimos a abolição das câmaras estaduais, substituindo-as por representantes da classe trabalhadora, a fim de assegurar uma representação mais autêntica e alinhada com os interesses e necessidades dos trabalhadores nacionais.
73. Defendemos a criação de um Senado vitalício, com o objetivo de garantir uma dose de imparcialidade e estabilidade ao parlamento, assegurando uma voz sábia e ponderada na tomada de decisões.
74. Propomos uma nova divisão estadual, baseada na regionalização e no desenvolvimento, buscando otimizar a organização territorial e promover um progresso equilibrado e sustentável em todas as regiões.
75. Exigimos solenemente a instituição de um tribunal popular, erigido com o nobre desígnio de promover uma série de julgamentos político-militares, construídos sob a égide imaculada da legalidade, a fim de dirimir os delitos perpetrados contra o povo e a pátria por eminentes expoentes da liderança política, militar e econômica da República Federativa do Brasil. Impera que tal foro judicante seja munido de um compêndio normativo, meticulosamente tecido, que ancore os direitos e os encargos de todos os envolvidos, conferindo rígida regulação aos trâmites e preceituando os fatos e os princípios aos quais os magistrados se devem subordinar.
76. Exigimos a implementação de uma oposição legal contra as mentiras conhecidas e sua disseminação pela imprensa, a fim de permitir um jornalismo responsável e verdadeiro, que promova a transparência e a honestidade.
77. Exigimos uma ampliação em larga escala das políticas de bem-estar na velhice, visando garantir uma vida digna e confortável para os idosos.
78. Exigimos a anulação integral dos pactos de sujeição internacional, com especial ênfase na revogação do Consenso de Washington e do Tratado de Não Proliferação Nuclear.
79. Exigimos uma nova postura em relação ao Mercosul, visando a promoção de uma indústria latina autônoma e soberana.
80. Reivindicamos a pronta quitação de todas as dívidas que as demais nações do globo têm para conosco, pondo fim à subserviência que nos impede de saciar nossa própria fome.
81. Exigimos a extradição imediata de todos os infratores brasileiros que se encontram em territórios estrangeiros.
82. Propugnamos pela extinção completa de todas as agremiações políticas atualmente existentes, pois consideramos necessário um novo paradigma de organização governamental.

83. Exigimos a diminuição do contingente parlamentar para um quantitativo máximo de duzentos deputados, dentre os quais um mínimo de trinta por cento devem ser representantes emanados de setores da classe trabalhadora.
84. Exigimos a imediata erradicação de todas as fraternidades, academias, organizações e sociedades secretas que operam em território nacional.
85. Reclamamos a reincorporação total do setor elétrico, do fornecimento de água e do saneamento do país, através da reestatização das empresas estaduais correspondentes.
86. Exigimos a ampliação, na medida do possível, da indústria de extração de petróleo e gás natural no Brasil, visando alcançar a independência energética.
87. Propugnamos pela modernização e expansão integral de todo o setor elétrico do país, dentro de um prazo máximo de cinco anos.
88. Reivindicamos a implementação de um abrangente programa agrário para o Nordeste, seguindo o exemplo do modelo adotado no Estado de Israel.
89. Determinamos a criação de zonas especiais de tecnologia no interior da pátria, em consonância com os moldes observados na República dos Estados Unidos da América, República Popular da China, República Francesa e na cidade de São José dos Campos.
90. Exigimos veementemente a reavaliação de todos os acordos pactuados com nações estrangeiras posteriores ao dia 31 de março de 1964, com vistas à uma reavaliação criteriosa de seus termos e condições.
91. Exigimos peremptoriamente a pronta revogação de todos os dispositivos jurídicos concebidos após o fatídico dia 15 de novembro de 1889, uma vez que, por serem frutos nefastos de um golpe ignóbil e uma ditadura sanguinolenta, encontram-se maculados pela própria árvore envenenada que os gerou.
92. Exigimos peremptoriamente a plena restituição das normas jurídicas, legais e constitucionais que foram vilipendiadas em decorrência do golpe republicano, reestabelecendo assim a ordem jurídica e constitucional que fora profanada.
93. Reivindicamos veementemente a postura de neutralidade do Brasil diante das reações e conflitos globais que não incidam diretamente sobre nós ou ameacem a inalienável soberania que nos é inerente.
94. Exigimos peremptoriamente a fomentação de uma rota exequível para o Brasil em direção ao Oceano Pacífico, valendo-se de todos os recursos ao nosso alcance, a fim de materializar essa empreitada.
95. Exigimos de forma veemente uma cultura enérgica e autônoma, imune às influências exercidas pelas potências do hemisfério norte. Não podemos permitir que a cultura brasileira permaneça alheia às marés tumultuosas da política internacional, repletas de transformações pseudointelectuais e políticas que estamos testemunhando. A pátria clama pela ascensão de uma arte que seja enraizada no nacionalismo e profundamente entrelaçada com a essência mais genuína do Brasil profundo. Tal expressão artística deve ser dotada de uma notável capacidade de envolvimento heroico e impregnada de um caráter inalienável, visando evitar um desmantelamento similar àquele perpetrado durante o regime militar e repelindo a perniciosa alienação viralatista que tem permeado os últimos anos. Somente assim, estará imersa nas aspirações prementes de nosso povo, caso contrário, estará fadada ao vazio e destituída de qualquer significado.
96. Pleiteamos a criação de uma indústria cultural nacionalista e internacionalista, com a expansão da cultura nacional a todos os cantos do globo.

97. Exigimos uma abordagem geopolítica especial e uma cooperação estreita com os países do mundo latino e árabe.
98. Advogamos pela aproximação e cooperação mútua nos domínios da política, cultura e intelectualidade com o continente-mãe, a África.
99. Propugnamos pela admissão do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas.
100. Para a efetivação de todas essas proposições, reclamamos a formação de um poder central enérgico no Império, detentor de uma autoridade ilimitada no parlamento e senado sobre a totalidade da nação e suas diversas organizações. Propugnamos a instituição de câmaras estaduais e corporativas, encarregadas de executar as leis estabelecidas pelo Império em cada Estado do país. Os membros do movimento comprometem-se, se necessário, a abnegar suas próprias existências em prol da integral implementação dos pontos enunciados, sem titubeios ou hesitações.

D. BERTRAND, CHEFE DA CASA IMPERIAL

Príncipe do Brasil, Príncipe de Orleans e Bragança, é o legítimo depositário dos direitos ao Trono e à Coroa do Brasil – de jure, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Aos habitantes das metrópoles pulsantes, dos vilarejos acolhedores, das comunidades solidárias e das vastas regiões rurais; aos que residem nas deslumbrantes zonas costeiras, nos extensos cerrados, nos serenos pampas, na majestosa Amazônia e nos desafiadores sertões áridos; aos trabalhadores incansáveis de todas as profissões; aos indivíduos cultos; à juventude ávida por aprendizado; aos idealistas de todas as épocas, aos resilientes que enfrentaram as mentiras de 1889, 1891, 1893, 1901, 1907, 1917, 1922, 1930, 1932, 1937, 1946, 1964, 1977, 1985, 1988, 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2016, 2018 e 2022; aos homens e mulheres sinceros, aos mártires de todas as Eras; às forças armadas; aos descendentes de Reis, Imperadores, dos quais herdamos nossa história; aos estadistas visionários; aos fazendeiros de toda a pátria; aos agricultores de todo porte; aos trabalhadores; aos industriais e empreendedores; aos combatentes valentes; aos soldados leais; aos comerciantes; aos marinheiros destemidos.

Este é um pronunciamento forjado por brasileiros de boa índole, cansados do atual paradigma, dos métodos vigentes, do sistema vigente, que se uniram em uma Santa Aliança em defesa de CRISTO REI, da Pátria e do Futuro. Este manifesto representa a declaração daqueles que depositam sua confiança no poder orientador do espírito humano. A nova prática política deve ser embasada em ideias elevadas e valores inabaláveis. Esta Carta de Princípios emerge como uma mensagem genuína de fé no contexto da política nacional.

Foi meticulosamente concebida para mobilizar as forças mais profundas de nossa Nação, visando despertar a verdadeira essência do Brasil. Ao revitalizar as virtudes, sentimentos e anseios tradicionais do povo brasileiro, buscamos moldar nossa terra na Grande Pátria que aspiramos.

Nós, os mensageiros, frequentemente nos tornamos alvo de críticas por disseminar notícias desfavoráveis. Ouvirás muitas histórias sobre nós; dirão que somos mentirosos, trapaceiros, vigaristas, loucos e até mesmo idealistas. O sistema inventará qualquer narrativa, pois somos portadores das verdades inconvenientes, os mensageiros. Cabe a cada um de vocês ignorar a difamação se desejam construir uma nação unida, grandiosa e livre. É imprescindível confiar e seguir, pois somos nós quem devemos alertar sobre o possível declínio deste mundo e reunir os escolhidos que, juntos, edificarão o próximo.